

**Especulações sobre relações de
poder em práticas de design:
reconstruindo os mundos por vir**

Raquel Gomes Noronha (UFMA)
raquel.noronha@ufma.br

Especulações sobre relações de poder nas práticas de design: reconstruindo os mundos por vir

Resumo: A palestra ministrada no XIV Congresso Brasileiro Pesquisa e Desenvolvimento em Design (2022) apresenta uma visão crítica e especulativa sobre as fronteiras do campo do design e a relacionalidade com outras cosmologias, problematizando a linearidade epistemológica do campo. A partir de uma série de episódios contemporâneos, que colocam em xeque os princípios e práticas modernos que constituíram o campo do design como o temos hoje, a fala problematiza conceitos acionados de forma naturalizada, como o de desenvolvimento e o de sustentabilidade, e o uso de ferramentas que contemplem apenas o ponto de vista universal. Conclama-se ao pensamento de design como política na produção de sentidos e imaginação de futuros. Acionam-se exemplos de como o aprendizado com comunidades tradicionais no Maranhão nos reconectam com outras formas de criatividade e ação em um planeta a ser regenerado.

Palavras-chave: Design; Antropocentrismo; Poder; Relacionalidade. Ferramentas.

Speculations about power relations in design practices: reconstructing the worlds to come

Abstract: *The lecture given at the XIV Brazilian Congress on Research and Development in Design (2022) presents a critical and speculative view of the frontiers of the field of design and its relation to other cosmologies, questioning the epistemological linearity of the field. From a series of contemporary episodes, which call into question the modern principles and practices that constituted the field of design as we have it today, the speech problematizes concepts triggered in a natural way, such as development and sustainability, and the use of tools that contemplate only the universal point of view. There is a call to think about design as a policy in the production of meanings and imagination of futures. Examples are given of how learning with traditional communities in Maranhão reconnects us with other forms of creativity and action on a planet to be regenerated.*

Keywords: *Design; Anthropocentrism; Power; Relationality; Tools.*

Esta palestra é fruto de pesquisas que desenvolvo desde 2012. Trata-se de estudos não conclusivos, de reflexões construídas ao longo do tempo, coletivamente. Há dezenove anos resido no Meio Norte, no estado brasileiro do Maranhão, lugar que me permite vivenciar diversas relações, especialmente por meio do Núcleo de pesquisas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA)¹. Hoje, posso dizer que não ando só, porque já passaram muitas gerações no NIDA, começando com o Iconografias do Maranhão, nos idos de 2009. Idas e vindas nos fazem aprender a construir um conhecimento que é realmente coletivo. Muitos dos resultados apresentados aqui dialogam com essa perspectiva da coletividade.

Então, a palestra de hoje terá três atos, ela é um exercício de especulação uma vez pretende-se refletir em conjunto. Nada está concluído. O primeiro ato será “há um mundo para todo mundo”. O segundo, “da relacionalidade dos mundos” e, o terceiro, “isso não é uma participação!”, seguidos das considerações finais. Esse pensamento também é um pensamento de fora e de dentro, que produz margens, que produz epicentros de poder sobre os discursos que permeiam as práticas de design e, especificamente, de pesquisa em design.

Na verdade, evoco uma reflexão que extrapola o campo do design. Falarei um pouco da minha própria formação como designer e das minhas referências especulativas nas ciências sociais, envolvendo prática de distanciamento e de deslocamento, não só físico, pois saí do Rio de Janeiro recém formada e fui para o Maranhão, como do campo.

Alinhado ao tema do XIV Congresso Brasileiro Pesquisa e Desenvolvimento em Design, “o desenho do campo”, convém refletir sobre esse desenho. Ao mesmo tempo, é preciso ficar do lado de fora, manter o devido distanciamento. Por esse motivo, proponho o diálogo a partir de autores do campo das ciências sociais. Nenhum autor do campo do designer foi selecionado tratar desses assuntos, justamente com o intuito de problematizar com distanciamento o nosso fazer. Esse é um dos ganhos que posso dizer que trouxe das ciências sociais para o campo do design e para a prática de pesquisa: a desnaturalização da nossa prática.

Esta não é uma palestra neutra, é uma palestra que elege um lado. Há um posicionamento político específico assim como há um posicionamento em relação ao campo do design, em relação ao conceito de projeto e ao que pode ir além dessa prática projetual, cerne do nosso trabalho.

Início por Bruno Latour, um pensador que me influencia e a quem aproveito para registrar uma homenagem em virtude do seu falecimento recente.

¹ Visite: @nidaufma

Em *Onde Aterrar* (2020a), lançado no início da pandemia, o autor faz um grande exercício político ao evidenciar que a promessa de um mundo perfeito, globalizado e inclusivo não se concretizou. A partir de uma série de diagramas, paulatinamente chama atenção para mudanças de polos de atenção, nomeadas por ele de atratores.

O primeiro atrator é o *Local*, o segundo atrator é a *Globalização*. Inicialmente, ocorre esse movimento, essa chamada para um mundo novo, um admirável mundo novo onde todos seriam interconectados, onde todos teriam acesso, onde todos teriam a oportunidade de uma vida melhor. Houve uma corrida, uma verdadeira debandada daquele local em que as práticas tradicionais, o tempo e a vida corriam em outro ritmo, para esse mundo onde todos podiam estar em todos os lugares, a qualquer tempo.

Nesse percurso, que é um percurso político, que consiste em sair de uma vida aterrada, tradicional, para um mundo que é volátil, houve uma ruptura. Latour (2020a) considera que esse processo teria iniciado no século XIV. Dentre as pessoas que comandavam essa marcha como uma globalização, algumas vislumbraram um outro atrator — o quarto —, o *Fora deste mundo*, o qual associa ao *trumpismo*². Latour (op.cit), no entanto, faz uma crítica muito severa a esse processo que inclui discursos da contemporaneidade, de terraplanismo, de ocupação de Marte e de imaginação de uma vida fora da Terra. A Terra foi tão exaurida, tão destruída que as pessoas que vislumbraram um admirável mundo novo, um mundo de irrestritas possibilidades, se viram aflitas ao perceberem que não haveria mundo para todo mundo.

Como resultado dessa percepção distorcida, nações deixaram de integrar a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), deixaram de assinar acordos e evitaram se comprometer com agendas ambientais, sobretudo os principais agentes emissores de carbono. Ursula Le Guin (2020) é outra autora que chama atenção para essa questão, em sua obra *Floresta é o nome do mundo*, que aborda a imaginação de uma re-colonização extraterrestre. O processo é sempre esse, o da colonização. A exemplo do que ocorreu no Brasil, na Serra Pelada, ao se exaurir um determinado local, deixa-se a mina e parte-se para outro lugar onde ainda possa ser extraída riqueza. Essa é uma lógica reiterada.

Estima-se que muito em breve a população do planeta será de aproximadamente oito bilhões de pessoas. Essas são projeções do Relatório de

2 Ideologia de extrema direita relacionada aos pensamentos e atitudes de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos entre 2017 a 2021.

Crescimento Populacional da Organização das Nações Unidas (ONU)³. Oito bilhões de pessoas que precisam se alimentar, que precisam trabalhar, que precisam adquirir bens e consumir, dentre outras coisas, cultura, além de todos os demais elementos necessários para colocar sua vida em prática. A questão que Latour (2020a) nos apresenta, dentre outras, é “para onde ir?”. Sua proposta de solução é ir para o Terrestre (FIGURA 1), mas o que seria, então, o Terrestre?

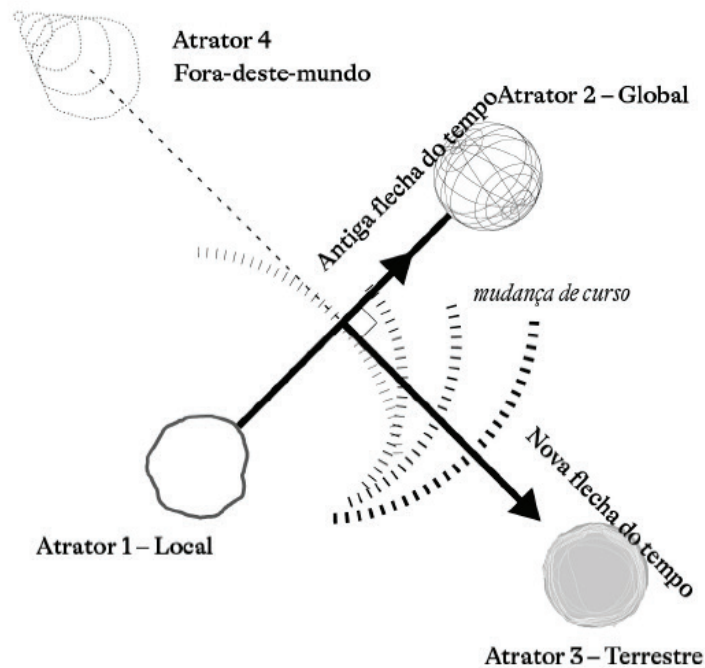


FIGURA 1. Uma reorientação do espaço da política. FONTE: Latour, 2020a, p.40.

É sobre esse Terrestre, com T maiúsculo, como sugere Latour (2020a), que pretendo refletir hoje, sobre essa nova possibilidade de reconstruir. O Terrestre não é um lugar, não é esse mundo fora do mundo, não é aquele atrator ilusório como uma viagem interplanetária que só os bilionários podem cogitar. O Terrestre é um ator político, é um *lócus* de ação. A política não ocorre apenas no ambiente partidário, acontece em todas as ações da nossa vida, é na *práxis* que a ação política vai acontecer. Sabemos que não haverá mundo para todo mundo. Isso já está acontecendo.

Para dar sequência ao segundo ato dessa fala, recorro a Marisol de la Cadena (2018), uma antropóloga peruana vinculada aos estudos de ciência, tecnologia e sociedade. Essa é uma das pensadoras que mais me inspira

3 Consultar: <https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805342>

hoje em dia a pensar nessas relações entre pessoas, não é à toa que estou propondo pensarmos na relacionalidade dos mundos.

Então, desnuda-se um mundo constituído a partir da impossibilidade de chegar à globalização, da impossibilidade de todos usufruírem do acesso. O que as pessoas fariam? Seria possível retornar para o local? A resposta é não. O local não existe mais. Segundo Latour (2020a), o local fora deturpado, abandonado. Não existem mais relações tradicionais. Em minha visão, o Terrestre abarca tanto aspectos do mundo globalizado, quanto aspectos desse território. Falo isso com propriedade, porque eu vivo em um desses locais. A minha prática como pesquisadora se constituiu em comunidades quilombolas e lá se observa esse local acontecendo.

É a partir da relacionalidade de mundos, da possibilidade de se relacionar para além daquele local radical e do mundo da globalização que Latour (2020) propõe o Terrestre. Penso que esse Terrestre é uma possibilidade para se reconstruir a relacionalidade. De la Cadena (2018) instiga a uma reflexão teórica bastante profunda. É um mantra nas ciências sociais o preceito de que a relação antecede os indivíduos (WAGNER, 2010). Não existem indivíduos fora das relações, nós somos constituídos a partir do meio, a partir das instituições e, se são relações, envolvem questões de poder. Há linhas de vida que se sobrepõem a outras, informa Ingold (INGOLD, 2017).

Trago ainda um outro antropólogo que também me ajuda a pensar nessa questão da relacionalidade, Roy Wagner (2010), que defende que pensar a partir das relações é melhor do que pensar em análise ou exame. Essa é uma pista interessante para quem faz ciência, porque na maioria das vezes o pesquisador está interessado em escrutinar, hierarquizar, priorizar, em classificar o mundo que se vive. Assim foi constituída a nossa ciência, assim nós vimos paulatinamente tratando o conhecimento que se produz com esses outros que, muitas vezes, têm visões de mundo e cosmologias que não se relacionam com aquele mundo da globalização.

Essa colocação de Wagner (2010) é muito importante porque aborda a invenção assim como o processo da criatividade, relacionada a uma liberdade de relação. Como tratamos de práticas criativas, é relevante considerar essa relacionalidade com o mundo e cosmologias outras. Um mundo dentro de mundos, um mundo onde caibam muitos mundos, conforme o lema da luta zapatista no México, que envolve a ideia de pluriverso — design do sul, dos suís — iniciada por Mignolo (2013) e posteriormente desenvolvida por Escobar (2016).

Então, a possibilidade de outros mundos conviverem é um ponto importante a ser considerado. Isso remete à discussão de ontem, na palestra de

Lesley-Ann Noel⁴ em que surgiu uma pergunta sobre como conciliar esses mundos. De la Cadena (2018) nos mostra que precisamos nos relacionar de outra forma com a natureza. A natureza não é um ente externo tampouco um lugar para ser explorado. Na verdade, nós também integramos a natureza. A partir dessa visão dos povos indígenas, dos povos originários, que alguns autores como de la Cadena (2018) e Krenak (2020) tecem reflexões:

O Rio Doce, que nós os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita em um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização” (KRENAN, 2020, p. 40).

Então, Krenak (2020) nos traz essa reflexão de uma forma muito direta, de fácil acesso. A ela acrescento a observação de Marisol de la Cadena, a partir de suas etnografias com povos indígenas no Peru:

Estamos falando dos nossos irmãos que matam nossa sede, que nos banham, que cuidam das nossas necessidades — estes [irmãos] são o que chamamos de rio.

Nós não usamos um rio como esgoto; um irmão não pode enfraquecer outro irmão. Nós não apunhalamos nossos irmãos. Se as corporações transnacionais se preocupassem só com o nosso solo, como nós temos feito há milênios, teríamos prazer em dar espaço para que eles pudessem trabalhar aqui — mas eles se importam apenas em se beneficiar economicamente, em acumular fortuna. (DE LA CADENA, 2018, p. 97).

Esse trecho reproduz a fala de um líder AwajunWampi, em que ele expressa sentido semelhante à citação anterior. A partir de outra relacionalidade, de la Cadena (2018) propõe um exercício teórico que eu trago aqui como uma síntese da promessa de um mundo de igualdade, um mundo de estabilidade, de inclusão, apesar de isso não ter se efetivado ao longo dos últimos 500 anos. Recebemos, por outro lado, desigualdade, insegurança e margens. Margens que crescem a todo instante. Pessoas, nacionalidades, povos são colocados à margem do acesso prometido.

Esse é o sentido de *globalização menos* presente em Latour (2020). Ainda a partir do que defende o autor, pode-se pensar para o *Terrestre* para o *presente-futuro*. O terrestre, segundo análise, não busca a igualdade, mas a diferença, que é justamente a possibilidade das relações, relações com a

4 Palestra também publicada neste volume.

diferença, do entendimento da existência da diferença, do movimento e de epicentros. Envolve não considerar as margens lugares inócuos, lugares de impossibilidades, lugares massacrados, mas, dentro dessas ruínas, buscar outras formas de nos relacionarmos e de vivermos. Esse é mais um movimento de margens e epicentros passível de ser aplicado em práticas de design para esses mundos por vir, esses mundos que se constituirão a partir de um movimento, a partir de uma reivindicação desses novos epicentros.

Vislumbro a existência de vários centros de poder em substituição a um único centro de poder. Isso porque o poder é inerente às relações. Proponho fazer desses poderes novas formas de criatividade, abrindo a possibilidade de reconstrução, inclusive do nosso campo. De la Cadena (2018) menciona equivocação e dissidência. Em *A natureza selvagem: o antropo-cego*, discorre sobre o que seria esse antropo-cego e sobre as mazelas, incompletudes e impossibilidades desta era sobre a qual falarei adiante bem como sobre a aceleração por ela desencadeada.

Para aprofundar a discussão sobre equivocação e dissidência, seria necessário examinar dois outros autores, que são Eduardo Viveiros de Castro (apud DE LA CADENA, 2018), antropólogo brasileiro, e Jacques Rancière (apud DE LA CADENA, 2018), filósofo francês, mas optei por não os trazer para esta discussão para não a tornar extensa demais. Apenas resumo, de uma forma muito simplificada, que esses autores identificam a existência de diferenças conceituais ou de diferenças de percepção.

A título de exemplificação, recorro ao que de la Cadena (2018) menciona sobre o Jaguar. Na cosmologia ameríndia, o Jaguar enxerga como cerveja aquilo que nós enxergamos como sangue. Não se trata de uma diferença conceitual. Bem sabemos o que é sangue e o que é cerveja. O Jaguar, de igual modo, também sabe o que é sangue e o que é cerveja. Então, nós temos termos para lidar com a diferença, com o outro, mas nós percebemos diferente e seguimos assim. Esta é a equivocação. A dissidência, por sua vez, vem de um outro princípio. Por exemplo, se eu digo que minha saia é branca e outra pessoa diz que é vermelha, essa é uma impossibilidade conceitual sobre determinado elemento. É uma questão semiótica, de construção de sentido. No mundo, nós temos esses tipos de impossibilidades, segundo de la Cadena (2018).

Imaginemos uma conferência da ONU. Costuma ser uma reunião com muitos homens brancos, que decidem quais são os direitos universais, as práticas, os padrões, as normas sobre bem estar e bem viver, que deliberam sobre as necessidades de todos os povos do mundo. É preciso alertar que a ideia de universalidade traz um grande mal ao se pensar esse mundo a ser construído, o Terrestre. Assim, ao invés de falarmos de práticas de igualdade, deveríamos estar reivindicando aceitação das diferenças. Isso

porque a universalidade implica imposição da visão de quem detém o poder. Walter Benjamin (1987) fala que a História precisa ser penteada a contrapelo. Penteiar a História a contrapelo nos leva a revisitar histórias apaziguadas, adormecidas. Implica não aceitar a História contada pelos vencedores, mas deixar aflorar outras. São essas outras histórias, esses novos mundos que precisam ganhar visibilidade. Mas não apenas visibilidade, mas poder de fala, que é justamente o que de la Cadena (2018) defende: quem não detém o controle semiótico da fala, da possibilidade de fala, não comanda o mundo. Logo, são essas possibilidades de trazer e de possibilitar a cocriação de lugares de fala que, a meu ver, fazem hoje parte da nossa prática. Isso não significa dizer que estamos aqui para empoderar o outro, porque há nisso uma outra armadilha, conforme discutiremos adiante.

A primeira questão discursiva que precisamos pensar quando falamos de humanos, não-humanos, mais-que-humanos, etc. é a centralidade que continua no humano. Esta já é uma questão que o Foucault (2007) nos apresenta em *As palavras e as coisas* a respeito do processo de nomeação, de representação do outro. Então, essa centralidade do humano (do *andro* e não do *antropos* necessariamente) é preponderante na nossa sociedade, em oposição a um sistema biocêntrico circular.

A questão da ordem discursiva que Foucault (1998) menciona fomenta tais práticas e o senso comum e, neste ponto, atinge os nossos processos de design certamente no coração. Por quê? Porque nós replicamos práticas, replicamos epistemologias de aprisionamento, nós replicamos formas de ver o mundo e de pensar que aprisionam, formas de conhecimento que precisam dialogar e serem vistas. É preciso, então, um processo de ruptura, de rompimento de paradigma, inclusive em relação à pesquisa e ciência — discussão muito mais ampla do que o campo do design.

Quem me conhece há algum tempo sabe que não acredito em processos revolucionários enormes, mas acredito em ação e “trabalho de formiguinha”. Penso que, a cada pequena atitude, aciona-se um ponto energético — em referência à obra de Jaime Lerner, *Acupuntura urbana* (2003) — promovendo uma liberação. Portanto, precisamos pensar no que estamos falando, no que estamos escrevendo. Quais palavras estamos usando nos nossos textos?

Simplesmente replicar um método, uma heurística, de maneira totalmente dissociada do contexto, isto é, recorrer a algo que funcionou do outro lado do mundo, sem refletir e sem problematizar sua aplicabilidade a outras realidades, perpetua situação semelhante à imagem que propus sobre os decisores na ONU que ditam regras para um contexto totalmente diferente do que vivenciam.

Segundo Noronha e Furtado (2021), vive-se atualmente uma aceleração de paradigmas (FIGURA 2). Ao cosmocentrismo (40.000-5000 a. C.) sucedeu o teocentrismo (5000-1600 a. C.) e o antropocentrismo (1600 a. C. até a atualidade) que, por sua vez, convive com o ecocentrismo ou biocentrismo (1700 d. C. até a atualidade), como prefiro chamar. No período entre o cosmocentrismo e o teocentrismo a superposição era muito pequena, o cenário era mais calmo e os paradigmas não se digladiavam tanto uns com os outros. O antropocentrismo nasceu praticamente no mesmo período que o teocentrismo, mas prosseguiu além deste. O biocentrismo também surgiu quase ao mesmo tempo que antropocentrismo. Qual o significado disso? Significa que os paradigmas crescem e são tão agressivos, tão fortes, que a crítica surge de imediato, dentro deles próprios. Tal fenômeno é positivo porque favorece a dissidência, e evidencia diferenças de ponto de vista. Na prática, vive-se uma turbulência. Estamos o tempo todo sendo atravessados por essas múltiplas visões.

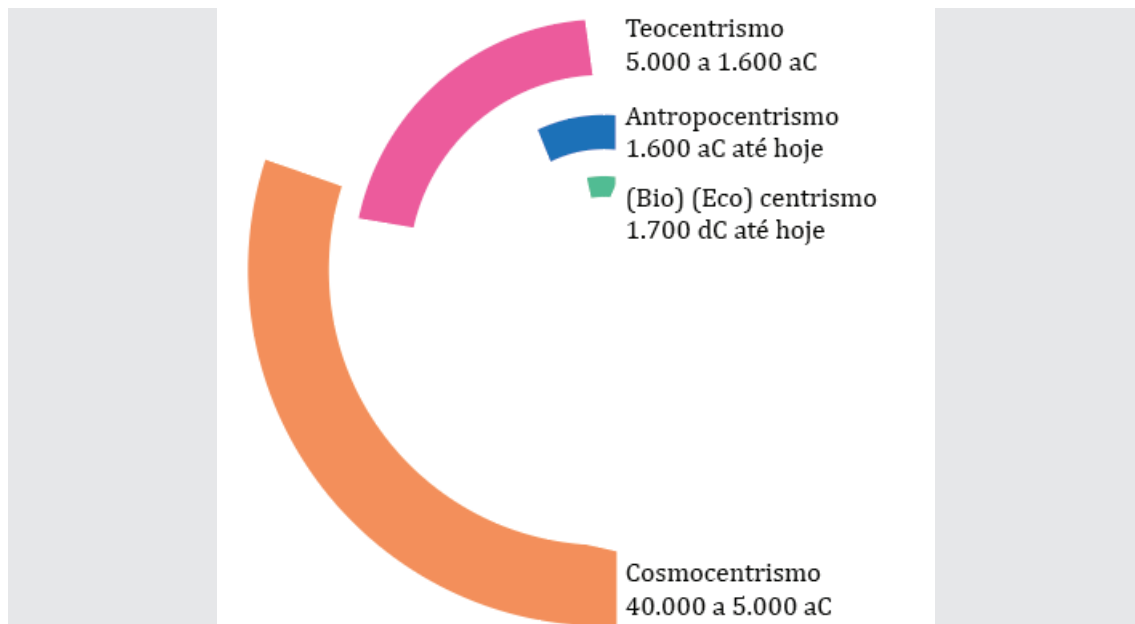


FIGURA 2. Sucessão de paradigmas. FONTE: Elaborado pela autora. Noronha e Furtado, 2021.

Sendo assim, é preciso intensificar a atenção sobre esses processos epistemológicos, discutindo-os constantemente. Não há mais espaço para arraigar-se a um determinado arcabouço teórico, a uma prática metodológica específica. Ou transformamos o campo do design, atrelando a prática a uma reflexão teórica densa que critique e tire da neutralidade, desse senso comum sobre o qual falamos, ou chocaremos esse ovo do antropocentrismo por muito e muito tempo, mantendo essas mazelas que aqui narrei. Com esse cenário, o que fora apaziguado por essas histórias do antropocentrismo

voltariam com força total. Latour (2020b) denomina esse efeito como *retorno de Gaia* enquanto Boaventura Sousa Santos (2020) chama de *a cruel pedagogia do vírus* e assim por diante.

Trago para nossa reflexão uma intelectual brasileira, Suely Rolnik (2018), que nos fala sobre o processo de adoecimento da nossa sociedade. O capitalismo ou antropoceno, ou outra denominação como necroceno, vincula-se ao capitalismo colonial cognitivo, isto é, a vida humana como moeda. Quem aqui está bem? Quem não está cansado, não está exaurido de tela? Quem está com tempo para fazer o que deseja, para escrever o que quer e está em dia com as atividades familiares ou com as atividades acadêmicas? É esse o nosso estado, é um estado de sobrecarga, de adoecimento.

A autora nos fala sobre cooptação ontológica, que consiste no aprisionamento daquilo que consideramos extremamente libertador. Por exemplo, os discursos: sobre sustentabilidade, sobre desenvolvimento, sobre experiência, sobre experiência do usuário, sobre ciência, sobre método de pesquisa, tudo isso é cooptado como ferramenta de manutenção do processo de exploração. Tudo aquilo que rompe num momento inicial com a ideia do capitalismo, o capitalismo não combate. Ele alimenta para que aquilo seja fortalecido a partir dos termos do próprio capitalismo. É esse o processo que Rolnik (op.cit) nos revela.

Há uma obra de arte da artista plástica Elin O'Hara que mostra Bagdá bombardeada pelos Estados Unidos⁵. Essa é uma imagem que me ajuda a pensar sobre margens e epicentros. Mesmo dentro das áreas bombardeadas, dos locais e dos possíveis Terrestres, existem forças dessas categorias capitalistas, coloniais e patriarcais, agindo o tempo todo. Então, não sejamos inocentes em achar que, na América pré-hispânica, não havia machismo, que não havia hierarquia, que não havia poder. Em todas as relações tais fatores estão presentes. Então, para pensarmos essas relações, temos que assumir essas inconsistências, as impossibilidades e as dissidências que existem sobre a nossa visão de mundo, o que inclui nossas próprias pesquisas.

Em *Reagregando o social*, Latour (2012) faz uma crítica à denominação *social* à antropologia, à biologia e aqui eu a estendo ao design. É uma armadilha designar um campo de estudos de *social* porque a luta necessária passa ao segundo plano, o campo fica fora do *mainstream*, é tirado do foco. Por exemplo, nomeia-se *tecnologia social* aquela tecnologia que está em segundo plano. Assim, convém refletirmos sobre como denominados e sobre nossas atitudes para que não haja um apagamento. Já citei as categorias

5 Ver referência: <http://atomic.gordonbelray.com/wp-content/uploads/2011/09/baghdad.jpg>

que considero bastante problemáticas e que são, portanto, prioritárias para repensarmos buscando reconstruir as nossas práticas com novos mundos além de pensar esse novo atrator, a mudança de rumo de curso que precisamos realizar. Encerro esse segundo ato lembrando que de la Cadena (2018) nos alerta que não adianta só pensar na finalidade, mas que ela precisa ser radicalmente revista.

Por conseguinte, trago o terceiro ato que é “Isso não é uma participação!”. São conceitos de um texto meu que está no prelo, *Ceci n'est pas une collaboration! Notas sobre contracolonialidade e poder nas relações entre designers e artesãs* (NORONHA, 2022). Nele, estabeleço diálogo com outros autores, como Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e Antônio Bispo dos Santos, o líder quilombola Nêgo Bispo (2019). Para colaborar, não se pode fazer uma coisa “para inglês ver”. Para colaborar, precisamos deslocar esses lugares de poder. Não dá para ficarmos na encenação colonial do meu conhecimento na comunidade, para ajudar o outro. Não, você vai lá para negociar com o outro, nos termos deles e nos seus termos, na negociação da construção daquilo que será feito. Muitas vezes, o que eles querem não é o que você quer, não é o que seu plano de pesquisa necessita. Para eles, talvez não valha nada. Para você vale, porque você tem que se ver com a agência de fomento, com seu prazo, com seu tempo do mestrado, com seu tempo de doutorado. Nesse ponto entra a desconstrução da categoria ciência. A minha maior alegria neste âmbito foi em 2017. Nessa época, muitos dos projetos que eu e outros pesquisadores conhecidos meus submetíamos não eram aprovados pelas agências de fomento. Por quê? Porque eles não tinham objetivo. A ideia era que os objetivos fossem construídos no curso da pesquisa. Então, em uma das vezes eu consegui justificar que não iria especificar as metas do meu projeto e, ainda assim, ele foi aceito. Então, acho que precisamos chegar nesse ponto de ruptura com o que está sendo imposto.

Outra questão que requer urgente debate, para mim, é a obrigatoriedade de submissão de pesquisas com humanos ao comitê de ética das instituições de ensino. Eu tenho muita dificuldade em submeter um projeto ao comitê de ética. Não porque eu tente e o projeto volte, é porque a ética daquele comitê não é a ética da comunidade com a qual eu pesquiso. Se eu vou pesquisar com a comunidade, aquela ética do comitê não me interessa em nada. Aquelas pessoas que estão lá atrás daquele formulário, para mim, não servem como referência de ética. Inicia-se, então, um trabalho longo de compilar a literatura para mostrar as brechas que me permitem essa recusa e justificar porque eu não vou me submeter a um comitê de ética: existe uma ética camponesa e é essa a ética que me interessa. São essas impossibilidades que o aparato da norma científica nos impõe os que precisamos

começar a forçar. Nenhum paradigma é rompido sem fricção. Essa fricção precisa ser feita, de alguma forma.

Como arcabouço teórico, tenho recorrido a Ingold (2017), a respeito de comunhão, de variação, do radical do *commoning* abordado pelo autor; a Nêgo Bispo (2019) que nos fala de contracolonialidade, que é um termo que tem funcionado muito bem em nossas pesquisas. Segundo o autor, quando um pesquisador chega em um quilombo, os que ali estão desconhecem o que é decolonial, o que é decolonialidade. Segundo a perspectiva dos que fazem parte do quilombo, ele vai decolonializando e o colonizador vem atrás colonizando de novo. Por esse motivo, eles precisam ser contracoloniais, precisam ir contra o previsto, o embate é necessário. Portanto, esse termo, contracolonialidade, funciona bem porque ele é claro.

Além desses, me aproprio da crítica de Cusicanqui (2010) ao próprio pensamento decolonial. A autora nos fala da participação condicionada como uma categoria cooptada, dentro daquela visão de Rolnik (2018) sobre uma categoria cooptada. Consiste em uma categoria a favor do *status quo*. Vemos que a participação se tornou isso. Eu tive o prazer de receber a Cláudia Mont’alvão em São Luís algumas semanas atrás (setembro de 2022). Conversamos bastante sobre isso. Grupo focal não é participação. Questionário não é participação. São formas de obter uma informação do outro. Participar é abrir o processo criativo, é reconhecer nesse outro a sua capacidade de imaginação de futuro. É esse “pulo do gato” que precisamos dar se queremos de fato fazer algo participativo. Levar algo pronto e “aplicar” em uma comunidade não é participação. A participação implica a dissidência, a diferença e o equívoco, a possibilidade de haver a impossibilidade. Eu acho que é isso que estamos construindo.

Revisitando o percurso da minha pesquisa desde 2012, inicialmente, a partir de Charles Wright Mills (2009), eu vinha pensando sobre a ruptura de tirar o designer do centro do processo e colocar no meio do processo. No meu artigo do P&D de 2012, intitulado “Dilemas da colaboração”, tratei do designer orgânico, sob a perspectiva de que todos poderiam se assumir designers no processo. Foi no mesmo ano Manzini (2015) publicou o *Design. Quando todos fazem design*, em inglês ainda. Eu fiquei feliz de estar construindo essa percepção naquele momento.

Posteriormente, percebi que chamar de designer orgânico ou designer difuso era cooptação também. Por que esse outro precisa ser designer para estar comigo? Então, começamos a pensar sobre os praticantes habilidosos e já há uma influência do Ingold (2011) nesse pensamento que considera as práticas criativas como um conhecimento que vem dessa própria prática, uma prática de vida, e a construção de um plano comum (NORONHA, 2018),

que é o plano da comunicação, um plano de diferença, um espaço de diferença. Por último, a partir de 2018, tenho pensado na questão da diferença, da autonomia como prática de diferença. Esse é um resumo do percurso conceitual das pesquisas que ocorrem no NIDA (FIGURA 3), que incluem Escobar (2016) compondo a reflexão com *Autonomía y diseño*.

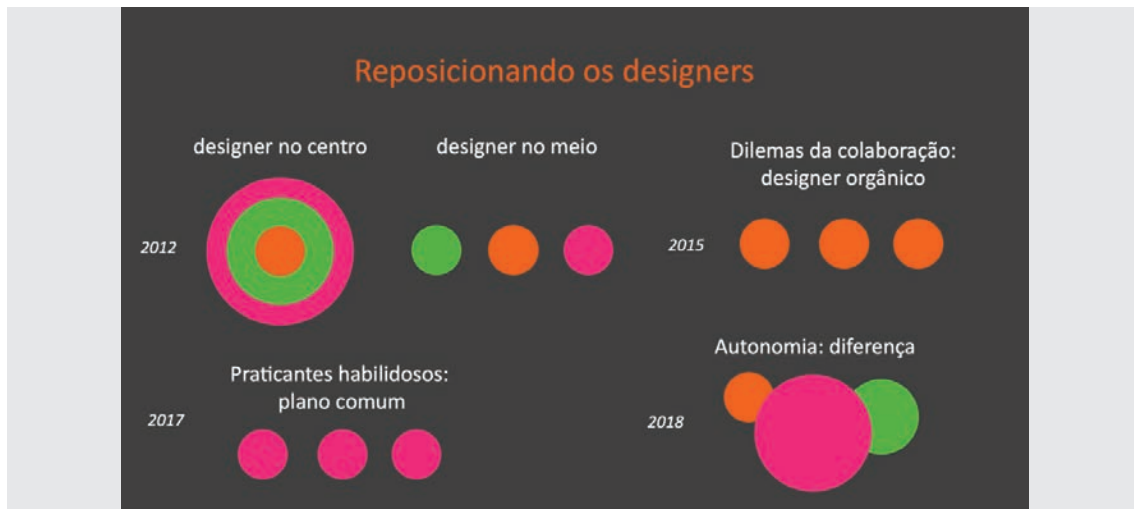


FIGURA 3. Percurso conceitual das pesquisas do NIDA: a relação entre designers e artesã(o)s. FONTE: Elaborado pela autora.

Para finalizar, pretendo evidenciar de que forma isso pode acontecer por meio da prática de design em um projeto de pesquisa chamado “Codesign e empoderamento: um estudo sobre a relação designers-artesãs e a produção de imagens em campo”. Esse projeto aconteceu entre 2017 e 2020 e envolveu várias dissertações do NIDA, além de trabalhos de iniciação científica. Foram sete comunidades de São Luís e de uma região do Maranhão chamada Baixada Maranhense envolvidas na pesquisa. No Brasil, são cerca de 1500 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares. Em Alcântara, que é uma dessas regiões, são 154 comunidades. Então, temos cerca de 10% dessas comunidades ali concentradas. Podemos dizer que é um espaço que tem essa identidade étnica muito forte.

O projeto consistia em questionar categorias analíticas da ONU. Dados do Fórum Econômico Mundial (FEM, 2014) para o relatório sobre Empoderamento Feminino foram resumidos em quatro categorias. Nos ativemos à análise que a ONU fazia dessas categorias e, após isso, fomos para campo questionar às artesãs como elas compreendiam empoderamento, participação política, saúde e bem estar, acesso à educação e participação econômica.

Criamos algumas ferramentas de elicitação desses processos. O produto da dissertação de Raiama Portela (2018), cujo título é “Empoderamento ou aprisionamento?”, foi um quadro que com 64 imagens, 16 para cada grupo

das categorias resumidas dos dados da ONU. A partir dessas imagens, as artesãs eram elicitadas. Elas escolhiam e diziam por que estavam escolhendo determinada foto (FIGURA 4). Na categoria economia, por exemplo, havia fotos hospital, de ambulância, de carteira de trabalho. Para participação política, havia fotos da Marcha das Margaridas, além de diversas fotos que faziam parte do seu universo e outras que integravam o imaginário ocidental sobre as quatro categorias.



FIGURA 4. Dinâmica da ferramenta sobre parâmetros para a igualdade de gênero. FONTE: Arquivos do NIDA, 2017.

A maioria das imagens coletadas representavam situações conhecidas das artesãs. Nós categorizávamos as imagens, analisando se era uma imagem genérica conceitualmente, se era da comunidade, daquela comunidade ou de outra comunidade rural, e essas fotos, vamos dizer assim, mais gerais do senso comum. Em sua grande maioria, as fotos coletadas por elas representavam seu universo próximo.

Em seguida pedimos que elas explicassem e daí veio a reflexão sobre o processo. Então, a construção da imagem precisava ser próxima. A gente não podia usar uma imagem para tratar desse assunto, foi a primeira conclusão a que chegamos. Não podia ser o nosso ponto de vista sobre a saúde. Uma das participantes comentou, por exemplo, ser unimaginável pensar em ambulância para se referir a saúde pois, em sua comunidade, sequer existiam estradas, quanto mais ambulância. Quanto à metodologia da pesquisa, no quadro onde eram expostas as fotos existiam marcações. A cada rodada, a

aluna fotografava o esquema visual. A concentração no meio indicava imagens genéricas; nos cantos, imagens próximas. Dessa forma, conseguíamos hierarquizar visualmente imagem por imagem. Logo, foi possível entender o processo de escolha das artesãs.

O segundo estudo que trago como exemplo ocorreu na comunidade da Raposa, em Ilha São Luís, com a produção da renda de bilro. Esse é um trabalho de Camila Aboud (2019). Nessa comunidade, havia um conflito. Duas mulheres sabiam fazer o *papelão*, que é a base sobre a qual hastes de mandacaru são fixadas para montar o desenho da renda de bilro. Apenas algumas mulheres sabiam fazer isso e ter conhecimento é ter poder. Elas detinham esse conhecimento de uma forma tão bem guardada que as outras ficavam à mercê delas. Elas não conseguiam compartilhar esse conhecimento porque sabiam que assim não iriam poder vender mais caro. Elas vendiam para as outras os papelões que produziam em embalagem aberta tipo *Tetra Pak*. E aí, o que a Camila fez como processo de design? A estudante mediou um processo de ensino-aprendizagem desse processo de papelão. Primeiro, perguntou se podia aprender com as duas que sabiam. Como a Camila é do lado de fora, elas se dispuseram a ensinar. Depois que aprendeu, ela perguntou às mulheres que a haviam ensinado se autorizavam transmitir o conhecimento às demais. Elas se entreolharam e falaram: “*Por que não?*”. Então, Camila foi esse instrumento de mediação do processo de conhecimento a partir de uma prática projetual. Desse modo, o processo de design deixou de ser uma finalização de algo para ser um processo de mediação de uma relação de saber-poder (FIGURA 5). Então, essa também é uma reflexão que começamos a fazer sobre essas coisas que a gente constrói o tempo todo.



FIGURA 5. Aprendizado coletivo do “papelão”. FONTE: ABOUD, 2019.

O terceiro e último exemplo ocorreu na comunidade extrativista de São Caetano, em Matinha, interior do Maranhão, em que eu também assumi essa pesquisa etnográfica junto com a Mariana Lúcio e o Ferdinand Sousa, alunos de iniciação científica. Diferentemente da Raiama, que foi para o campo com o aprendizado do seu processo, nós resolvemos fazer a ferramenta lá, não levar pronta. Essa decisão partiu do entendimento de que se preparássemos a ferramenta antes, estaríamos submetendo os participantes à nossa cosmologia, à nossa visão de mundo. Então, optamos por decidir lá se seria ou não um jogo, se seria ou não fotografado. Levamos impressora, canetinha, montamos um aparato de uma produção criativa lá na comunidade e passamos alguns dias buscando essas referências sobre o que é saúde, educação, participação política e participação econômica.

Finalmente, construímos um jogo que tinha por nome, dado pelas crianças locais, “jogo do coco” (FIGURA 6). Estamos falando de uma comunidade extrativista de coco babaçu, que é um dos produtos mais sustentáveis que eu conheço. Dele se aproveita a amêndoa, a casca, o mesocarpo, as palmeiras... A comunidade local vive desse produto. Esse é seu ouro verde. O jogo do coco trazia questões, a partir de um processo especulativo de perguntas. E se a gente fizesse assim? E se a gente fizesse de outro jeito? Desse modo, as pessoas começaram a falar sobre o que era educação, o que era saúde, que em uma comunidade tradicional, não tem nada a ver com hospital, com médico, com ambulância.



FIGURA 6. O jogo do coco e as mulheres de São Caetano. FONTE: Arquivos do NIDA, 2018.

Neste ponto, podemos pensar o design como política. A partir de ações como esta, podemos pautar a política pública e sinalizar para o que é saúde,

bem estar, educação a partir de um ponto de vista do outro e não do nosso. Então, começamos a identificar uma série de iniciativas do poder público que, na verdade, não impactam positivamente nem dialogam com a comunidade, uma vez que são estabelecidas por quem está de fora.

Essa participação radical que que estou propondo contempla a construção da abordagem cosmológica sobre o mundo que será construído ali. São esses os mundos por vir que estamos tratando aqui, dessas relações de construção de conhecimento e de poder. Encerro minha fala neste seminário fazendo referência à dona Maria, que me disse que pra ela saúde é comer a galinha em seu quintal. Dona Maria pegou uma galinha em seu quintal, preparou e almoçamos com ela (FIGURA 7).



FIGURA 7. Dona Maria e a galinha sem hormônio. FONTE: Arquivos do NIDA, 2018.

Como considerações finais, expresso meu convite, a minha chamada a olharmos para tantos outros mundos. Nossa prototipação precisa ser situada. As grandes narrativas já existem, não precisamos delas para criar novos mundos. Precisamos de narrativas locais e situadas. Ainda, por que precisamos questionar os limites do campo? Há algo que sempre escuto: a engenharia não fica perguntando o que é a engenharia. Essa é uma informação equivocada porque, sim, a engenharia se pergunta sobre em que consiste o

seu campo. Recentemente participei do projeto *Gender Design in STEAM*⁶, como consultora. Trabalhei com diferentes grupos de arquitetos e arquitetas, engenheiros e engenheiras, não só designers, especialmente na África. Eles estão questionando o campo, sim. Para citar exemplos brasileiros, há um projeto lindo⁷ de engenheiras e arquitetas, em Alagoas, no Rio de Janeiro, uma equipe pensando uma engenharia do chão, engenharia com mulheres quilombolas.

Então, há um movimento latente dos campos questionarem a si mesmo. Logo, não é um movimento só do campo do design, é um movimento da ciência, que precisa se reinventar. No P&D, por exemplo, eu sei que essa participação radical de que tenho falado, que envolve repensar/redirecionar as nossas práticas de ensino-aprendizagem, tem sido muito abordada. Finalmente, dedico essa palestra ao Jaime Noronha, meu pai, que partiu em julho, e convido a plateia a cantar comigo uma cantiga que é muito cantada nos quilombos e que vai ajudar nos ajudar a chegar nesse mundo de outros mundos...

Referências

ABOUD, C. P. **Colaboração e correspondências**: o design participativo no complexo de valores da renda de bilro na Raposa – MA. 2019. 159 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Design/CCET) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: Obras escolhidas. Vol. 1. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin, p. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DE LA CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abril. 2018.

6 <https://carleton.ca/gendesignsteam/>

7 Referi-me ao projeto coordenado pela Profa. Dra. Diana Helene Ramos (FAU-UFAL). Saiba mais em: <https://carleton.ca/gendesignsteam/projects/projects-in-latin-america/id88-developing-new-construction-techniques-based-on-the-work-of-women-in-brazil/>

ESCOBAR, A. Autonomía y diseño. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, Empoderamento de mulheres.
Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2014.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.
Tradução Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. A ordem do discurso. 4ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

INGOLD, T. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Anthropology and/as education.** London: Routledge, 2017.

_____. **Being Alive: essays on movement, knowledge, and description.** London: Routledge, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Cia das Letras, 2020.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

_____. **Diante de Gaia.** Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Rio de Janeiro: UBU, 2020b.

_____. **Reagregando o social.** Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LE GUIN, U. **Floresta é o nome do mundo.** São Paulo: Editora Morro Branco, 2020.

LERNER, J. **Acupuntura urbana.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MANZINI, E. **Design, when everybody designs. An introduction to Design for Social Innovation.** The MIT Press: Cambridge/London, 2015.

MIGNOLO, W. “On pluriversality”. In: <http://waltermignolo.com/on-pluriversality/>, Publicado em 20/10/2013. Acessado em 16/10/2022.

NORONHA, R. Ceci n'est pas une collaboration! Notas sobre contracolonialidade e poder nas relações entre designers e artesãs. In: PAOLIELLO, C.; ALBINO, C. **Design e artesanato 22 verbos – 22 autores.** Aveiro: Universidade de Aveiro Editora, 2022. p. 59-71.

_____. The collaborative turn: challenges and limits on the construction of the common plan and on autonomia in design. In: **Strategic Design Research Journal**, Unisinos, (vol. 11, n. 2, p. 125-135, May-August). 2018.

NORONHA, R.; FURTADO, P. Designs do por vir: vida, movimento e corporeidade. **Anais do VII Simpósio de Design Sustentável**. p.10-20. Curitiba: UFPR, 2021. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/sds/sds/paper/view/4570/1060>

PORTELA, R. L. **Correspondências por meio de ferramentas de design: artesanato e empoderamento (ou aprisionamento?)**. 2018. 133f. Dissertação – Mestrado em Design. Programa de Pós-graduação em Design – Universidade Federal do Maranhão, 2018.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, A. B. dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In A. Oliva *et al.* (Orgs.). **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Lisboa: Edições Almedina, S.A., 2020.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WRIGHT MILLS, C. O homem no centro: o designer. In: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

Como referenciar

NORONHA, Raquel Gomes. Especulações sobre relações de poder em práticas de design: reconstruindo os mundos por vir. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1 (Suplemento), pp. 87-108, out./2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2023.79234>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 20/06/2023 | Aceito em 21/08/2023